

Ética de fachada

01 NOV 1991

Muitos podem achar que o Congresso Nacional tomou duas grandes decisões, pondo fim a duas situações extremamente incômodas para a imagem da instituição. No entanto, a maneira como foram encaminhadas as soluções dos "casos" João Alves e Jubes Rabelo apenas retrata, uma vez mais, o melancólico estado em que se encontra o Poder Legislativo brasileiro.

O deputado João Alves (PFL-BA), suspeito de envolvimento em numerosos atos irregulares (tais como a manipulação de verbas federais em benefício de suas bases eleitorais), insistente-mente denunciados pela imprensa, quando pressionado para afastar-se do cargo de relator da Comissão Mista de Orçamento prometeu "sair atirando", vale dizer, comprometer muita gente com a revelação de fatos. A solução encontrada, então, depois de dias, foi o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza, assumir a relatoria. É para crer que de fato Alves tenha demonstrado "vontade de afas-

tar-se do cargo enquanto são apuradas todas as denúncias levantadas contra ele", como afirmou Fiúza? Enquanto isso, vêm do Planalto manifestações de alegria do presidente da República pelo fato de as verbas para os Centros Integrados de Assistência à Criança estarem asseguradas com a assunção de Fiúza.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, por sua vez, aprovou o parecer que recomenda a cassação do deputado Jubes Rabelo, de Rondônia, por ter ferido o decoro parlamentar ao assinar uma falsa carteira funcional do Congresso que seu irmão portava ao ser preso, havia cerca de quatro meses, guiando um caminhão com meia tonelada de cocaína. Houve 15 votos contrários! Quer dizer, apesar de todos os indícios e de todas as evidências contra o deputado, o espírito corporativo da Casa mostrou-se presente.

A sociedade se entristece com esses fatos que simplesmente podem ser ética de fachada.

ESTADO DE SÃO PAULO